



Relato da reunião ordinária do CD EPSJV 29 de abril de 2021

PAUTA

Apresentação do Decreto 10.656/2021 e do Parecer CNE/CEB 6/2020

O Vice-Diretor de Ensino e Informação (VDEI) indicou a realização de um debate na Câmara Técnica de Ensino e Informação (CTEI) da EPSJV sobre o Decreto 10.656/2021 e sobre o Parecer CNE/CEB 6/2020. Ele ressaltou que as duas legislações trazem preocupações para a perspectiva de Educação Profissional em Saúde defendida pela EPSJV.

Em seguida, o assessor da VDEI, Rafael Bilio, fez uma apresentação com os principais pontos das duas legislações e as suas articulações com as atividades desenvolvidas pela Escola Politécnica.

Rafael explicou que o Decreto 10.656/2021 regulamenta a Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que traz atualizações sobre o Fundo de Manutenção do Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), traz normativas sobre os repasses de recursos entre os entes federativos e estabelece prioridades dentro da Educação Básica.

O Decreto estabelece que caberá ao Ministério da Economia disponibilizar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) as informações necessárias ao cálculo dos parâmetros operacionais anuais do Fundeb, além de subsidiar e colaborar com o Inep na elaboração de parâmetros que incluem a metodologia de cálculo do custo médio das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, indicadores de nível socioeconômico dos estudantes e de disponibilidade de recursos vinculados à Educação.

O assessor da VDEI destacou que o Decreto não traz mudanças em relação ao ensino médio integrado e que o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) será um dos dados para a distribuição de recursos para a Educação pública.

Ele ressaltou que, pelo Decreto, o Inep encaminhará à Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, as informações para os cálculos e que essas ponderações são importantes para o financiamento das instituições públicas, pois interferem no volume de recursos repassados e, se houver queda nas ponderações, as instituições sofrem sérios riscos para a continuidade de suas atividades.

Rafael explicou que isso não tem impacto direto na EPSJV porque a Escola não recebe recursos do Fundeb, mas terá impactos na rede estadual e nas Escolas Técnicas do SUS (ETSUS), que recebem repasses do Fundo.

Em relação ao Parecer CNE/CEB 6/2020, o assessor da VDEI explicou que ela faz parte de um conjunto de documentos do Conselho Nacional de Educação (CNE) relacionados à Reforma do Ensino Médio, teve início com a Lei 13.415/2017, que

regulamentou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); seguida da Resolução 1/2021 do CNE, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

De acordo com ele, esses documentos trazem uma precarização da Educação pública e a redução da oferta para a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Parecer 6/2020, que trata do alinhamento das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em outras legislações relativas à modalidade de ensino. Rafael explicou que o parecer se alinha à Política Nacional de Alfabetização.

O documento também estabelece diversas modalidades de cursos da EJA, incluindo Educação a Distância, curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) e de formação técnica de Nível Médio. Rafael ressaltou que, ao permitir os cursos de formação inicial e continuada (FIC) no Ensino Médio, deve haver um esvaziamento do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e da perspectiva de cursos técnicos integrados.

O parecer propõe ainda diferentes formas de atendimento para a EJA, como a EJA Combinada, a EJA Direcionada, a EJA Multietapas e EJA Vinculada.

A coordenadora do Lic-Provoc perguntou o motivo de a EPSJV não receber verbas do Fundeb e disse que, em seu entendimento, as novas legislações trazem impactos menores para a Escola, mas que isso torna a EPSJV ainda mais responsável em apoiar as outras instituições mais afetadas no enfrentamento político do desmonte da Saúde e da Educação públicas.

O coordenador do Labform destacou que é preciso pensar no papel da EPSJV na resistência contra essas Políticas e perguntou se um parecer do CNE tem legitimidade para fazer adequações na EJA e na BNCC.

O assessor da VDEI disse que a EPSJV vai sofrer impactos com as mudanças na legislação, mas que eles devem demorar mais para afetar a Escola em relação às outras instituições. Sobre o recebimento de recursos, ele explicou que a EPSJV recebe recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas que não recebe verbas do Fundeb.

Ele destacou que a Escola tem uma condição privilegiada em termos de propor debates e encaminhamentos coletivos e que é preciso repensar o papel da EPSJV nesse cenário.

O assessor da VDEI explicou que o CNE tem uma função normativa e de supervisão, portanto, os pareceres do Conselho não têm força de legislação, o que confere certa autonomia às instituições.

A coordenadora do Lateps disse que a Escola não recebe verbas do Fundeb porque as instituições federais têm outro processo de financiamento e possuem orçamentos próprios. Ela lembrou ainda que o fato de a EPSJV ser vinculada à Fiocruz confere um caráter estratégico e dá autonomia didática, administrativa e financeira à Escola. Mas ela destacou que essa situação não tira a função política da Escola de se articular em rede, com a Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RETSUS) e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede EPCT). Em sua avaliação, a EPSJV, a partir de sua autonomia, deve contribuir para o debate fecundo sobre a Educação brasileira com as redes públicas de ensino.

Ela disse ainda que a BNCC tem um caráter mandatório, mas que é preciso discutir a lógica da Base, que determina o mínimo a ser realizado pelas escolas, mas não impede que a Escola continue a defender o seu Projeto de Educação.

O Vice-Diretor de Ensino e Informação lembrou que a EPSJV participou da Conferência Nacional de Educação Popular, em 2018, e deve continuar a participar de iniciativas como essa, de caráter popular e democrático. Informou ainda que Rafael Bilio representa a Escola no Fórum Estadual de Educação do Rio de Janeiro (FEERJ), o que possibilita que a EPSJV tenha mais um espaço para defender o seu Projeto para o campo da Educação Profissional em Saúde.

INFORMES

Audiência pública

Daniel Groisman (Laborat) participou, como representante da Fiocruz, da Audiência Pública sobre a vacinação da população idosa contra a COVID-19, promovida pela Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados. Daniel também faz parte do Grupo de Trabalho da Fiocruz que discute a regulamentação da profissão de cuidadores de idosos.

Doulas

Nova turma

Teve início, no dia 17 de abril, a terceira turma do Curso de Qualificação de Doulas, financiada com recursos de uma emenda parlamentar. A nova turma tem 40 alunas e as aulas serão online, exceto as atividades práticas e os estágios.

Encontro Nacional

Será realizado, nos dias 27, 28 e 29 de maio, o I Encontro Nacional de Doulas no SUS, também como parte das atividades do projeto financiado pelos recursos da emenda parlamentar.

Coordenação da CCI

Ana Beatriz Marinho de Noronha vai assumir a Coordenação de Cooperação Internacional (CCI), até o fim da gestão da atual Direção, após a saída de Helifrancis Condé, que vai se licenciar para o Doutorado.

GT Plano de Retomada

O GT de Monitoramento e Implantação das Ações do Plano de Retomada da EPSJV adiou a discussão sobre o documento de diretrizes para o retorno das atividades presenciais na EPSJV, devido às novas decisões sanitárias que incluíram os trabalhadores da Fiocruz nos grupos prioritários para receber a vacina contra a Covid-19. Com isso, devem ser definidas novas orientações pela Fiocruz sobre o retorno das atividades presenciais e o GT considera que é melhor aguardar as novas orientações antes de voltar a discutir o assunto.

Presentes

Adriana Ricão (SADM)
Alexandre Moreno (Labman)
Alexandre Pessoa (Lavsa)
Ana Lúcia Soutto Mayor (Lic-Provoc)
André Dantas (Labform)
Bianca Leandro (Lires)
Camila Borges (Laborat)
Carlos Maurício (VDEI)
Etelcia Molinaro (Latec)
Helifrancis Condé (CCI)

Marise Ramos (Lateps)
Rafael Bilio (VDEI) – convidado
Raquel Moratori (Labgestão)
Sergio Oliveira (VDPDT)